



Interdisciplinary articulations to think geographic experiences of bisexuality(ies) in urban space

Articulações interdisciplinares para pensar as experiências geográficas da(s) bissexualidade(s) no espaço urbano

MENDES, Angélica Nobre⁽¹⁾; RAMOS FILHOS, Augusto Ferreira⁽²⁾

- ⁽¹⁾ <https://orcid.org/0000-0001-9878-6707> ; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Mestranda no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC), Arapiraca, Alagoas (AL), Brasil. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento – GEPGEC. Bolsista CAPES. E-mail: angelicanobrem@gmail.com.
- ⁽²⁾ <https://orcid.org/0000-0001-8375-4024> ; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Docente do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC), Arapiraca, Alagoas (AL), Brasil. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento – GEPGEC. E-mail: augusto.filho@uneal.edu.br.

ABSTRACT

The objective of this article is to produce an articulation between the themes of bisexuality(ies), from the queer perspective, to geographic experiences in urban spaces, based on the contributions of Angelo Serpa (2023). The research is qualitative and phenomenological, understood as bibliographic and has an exploratory purpose. There is a process of invisibilization and delegitimization in the experiences of bisexual people, both inside and outside the LGBTQIAPN+ community. There is also an obliteration within the scientific community, conferring the theoretical relevance of the study. Bisexuality(ies) describe experiences of non-monosexuality, composing singular and autonomous experiences, being biphobia the violence faced. Exclusion, as a psychosocial phenomenon, is analyzed through Sawaia's (2001) concept of ethical-political suffering. The city is made up of different spaces and places articulating debates about power, affections, symbolisms, segregations and representations, therefore, causing specific effects on non-heterosexual bodies. The heterosexual norm affects relationships, modifying the constructions of subjectivities, influencing perceptions about oneself and one's desires. The geographic experiences of bisexual people in urban spaces need to be analyzed in an intersectional way, due to the overlapping vectors of oppression that intersect and complicate the debate.

RESUMO

O objetivo do presente artigo é produzir uma articulação entre as temáticas da(s) bissexualidade(s), a partir da perspectiva *queer*, às experiências geográficas no espaço urbano, a partir das contribuições de Angelo Serpa (2023). A pesquisa é qualitativa e fenomenológica, compreende-se como bibliográfica e tem finalidade exploratória. Existe um processo de invisibilização e deslegitimação nas vivências de pessoas bissexuais, tanto dentro como fora da comunidade LGBTQIAPN+. Também existe um apagamento dentro comunidade científica, conferindo a relevância teórica do estudo. A(s) bissexualidade(s) descrevem experiências de não monossexualidade, compondo vivências singulares e autônomas, sendo a bifobia a violência enfrentada. A exclusão, enquanto fenômeno psicossocial, é analisada através do conceito de sofrimento ético-político de Sawaia (2001). A cidade é composta por diversos espaços e lugares articulando-se debates sobre poder, afetos, simbolismos, segregações e representações, portanto, causam efeitos específicos em corpos não heterossexuais. A norma heterossexual incide nas relações modificando as construções das subjetividades, influenciando nas percepções sobre si e seus desejos. As experiências geográficas de pessoas bissexuais no espaço urbano precisam ser analisadas de maneira interseccional, devido a sobreposição de vetores de opressão que se cruzam e complexificam o debate.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 21/12/2024

Aprovado: 20/05/2025

Publicação: 16/09/2025



Keywords:

non-monosexuality,
social exclusion,
heterosexual norm,
bisexual epistemology.

Palavras-Chave:

não monossexualidade,
exclusão social,
norma heterossexual,
epistemologia bissexual.

Introdução

A realidade primeira do ser humano implica necessariamente estar em relação. A partir das vivências, dos aprendizados obtidos e também partilhados, dentro dos grupos e instituições que fazemos parte, conferimos significados às relações e ao mundo. Por meio da visão existencialista e fenomenológica entendemos a construção do ser como Ser-no-mundo, portanto expressa-se a importância do espaço na tessitura da nossa existência (Serpa, 2023).

O campo de estudo das relações de gênero e sexualidade assinalam a relevância destas categorias para as construções identitárias. A vivência de um corpo no mundo se (re)faz através dos diferentes acessos à realidade, em decorrência dos atravessamentos sentidos/exercidos pelas relações de poder. Estes debates ganharam cada vez mais força a partir das mobilizações e teorizações de estudiosas e pesquisadoras feministas (Lorde, 2019; Butler, 2023; Wittig, 2022; Carneiro, 2023), das mais variadas localidades e áreas do conhecimento.

Torna-se importante salientar a relevância do caráter político unido às teorias, uma vez que há grande interesse em mobilizar mudanças nas estruturas sociais desiguais e opressoras aos corpos lidos e designados como “mulheres”, ao mesmo tempo que questiona-se o que caracteriza este “ser mulher” e/ou “ser homem” na sociedade contemporânea. Pretendemos com este artigo desarticular a lógica do pensamento binário enquanto marca da estruturação do pensamento hegemônico sobre a construção das subjetividades. Através destes sistemas de categorização, a submissão e segregação dos corpos operam através dos dispositivos de gênero, raça/etnia, orientação sexual, classe social e território (Butler, 2023; Carneiro, 2023).

A exclusão é, certamente, um complexo fenômeno, o qual mobiliza ao mesmo tempo as dimensões materiais, simbólicas, éticas, relacionais, políticas e subjetivas. Ao pensar sobre as dinâmicas que sustentam a exclusão social de corpos não heterossexuais interessa olhar para perspectiva que engloba a dimensão ética e da afetividade na análise sociológica das desigualdades vivenciadas nas relações, que se fará possível meio do conceito de sofrimento ético-político de Sawaia (2001). Por meio da visão psicossocial de que os sujeitos excluídos participam de sustentação da ordem social, ressalta-se o caráter de uma dialética exclusão/inclusão, pois também atuam linhas e forças no âmbito das possibilidades de ação e agência dentro destes processos (Sawaia, 2001).

Uma das formas de exclusão podem ser experienciadas nas vivências da(s) bissexualidade(s), no plural para ressaltar as suas singularidades. Estas se constituem como uma identidade que sofre invisibilização dentro da comunidade LGBTQIAPN⁺, por não ser considerada dissidente o suficiente, e também fora da comunidade, por não ser considerada hétero o bastante. Como efeito desses fenômenos, há o processo de apagamento e

¹ A sigla LGBTQIAPN+ abarca Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Transgêneros, *Queer*, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não binários e outras possibilidades de identificação representadas pelo sinal “+” (Monaco, 2020).

deslegitimação das pessoas que experienciam a não monossexualidade², tais violências são nomeadas de bifobia (Jaeger, Longhini, De Oliveira & Toneli, 2019).

A partir das minhas experiências atuando enquanto psicóloga clínica com trabalho voltado majoritariamente ao público LGBTQIAPN+, somaram-se inquietações e questionamentos sobre os efeitos que os espaços e lugares causam nas pessoas não hétero, em especial no caso da bissexualidade. A dicotomia presente na sexualidade compreende apenas “dois lados”, considerando pessoas heterossexuais e homossexuais como polos opostos e a bissexualidade é relegada ao apagamento, sendo considerada como inexistente ou enquanto “uma fase” do que seria uma sexualidade “oficial” ou “concreta” (Jaeger, Longhini, De Oliveira & Toneli, 2019).

Partindo do reconhecimento da complexidade destas conexões e reverberações sobre as construções identitárias que povoam o espaço urbano, reafirma-se uma posição que está oposta à visão reducionista ou compartimentada nestas formulações de saberes. Quando refletimos sobre a presença do corpo na cidade e nas redes de acontecimentos que compõem o espaço urbano, temos conhecimentos, discussões e problematizações interdisciplinares, considerando a complexidade de relações políticas, econômicas, culturais e afetivas. A cidade é palco de tensões entre os atores e grupos sociais, e o espaço urbano é constantemente marcado por lutas e resistências. A cidade é um grande território composto por diversos espaços e lugares (Santos, 1996), nos quais articulam-se os debates sobre poder, afetos, simbolismos, segregações e representações (Martins e Chagas, 2021).

Diante dos entrelaçamentos expostos, o objetivo do presente artigo volta-se a produzir uma articulação entre as temáticas da(s) bissexualidade(s), a partir da perspectiva *queer*, às experiências geográficas, a partir das articulações do geógrafo Angelo Serpa (2023). Neste percurso, interessa produzir uma crítica feminista às ciências evidenciando as epistemologias feministas, assim como descrever como a categoria sexo e gênero foram construídas enquanto pensamento dominante, amparando a perpetuação da heterossexualidade como norma. Além disso, situar a bissexualidade enquanto uma epistemologia abrindo espaço para o entendimento de suas especificidades ao pensar nas experiências geográficas vividas.

Este trabalho compreende uma pesquisa qualitativa e fenomenológica, com finalidade exploratória. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos, ensaios e dissertações. As seguintes perguntas norteiam o presente artigo: Quais corpos são autorizados a produzir conhecimento? Como a bissexualidade pode ser relacionada ao campo da geografia? Como podem ser pensadas as experiências geográficas de pessoas bissexuais no espaço urbano? Com esta produção esperamos contribuir para a expansão dos estudos da(s) bissexualidade(s) no campo científico, assim como estimular outras pesquisadoras(es) a

² Não monossexualidade é o termo que refere-se à sexualidade de pessoas que sentem atração por mais de um gênero, logo a monossexualidade refere-se a pessoas que sentem atração por apenas um gênero (pessoa heterossexual ou homossexual) (Jaeger, Longhini, De Oliveira & Toneli, 2019).

ocuparem este espaço, pois existem muitos silêncios a serem quebrados, conforme coloca Audre Lorde (2019).

Desenvolvimento

Quais corpos são autorizados a produzir conhecimento?: considerações das críticas feministas às ciências

Identificando incômodos até o encontro com as epistemologias feministas

Durante o percurso na graduação em Psicologia entrei em contato com o conceito de “território” através da disciplina de Saúde Coletiva e posteriormente nos estágios em saúde, que nas suas interdisciplinaridades aproximam as contribuições de Milton Santos (1978, 1996, 1997, 2000) aplicadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). A conexão entre território e produção de cuidado em saúde mental, especificamente, carrega a leitura do território enquanto elemento dinâmico, repleto de inter-relações, transitando do político ao cultural. Expressa, portanto, papel essencial sobre a vida dos sujeitos e do corpo social, por constantemente mobilizarem os limites do corpo e os afetos entre as pessoas (Lima e Yasui, 2014).

Já no mestrado, ao entrar em contato com as produções acadêmicas acerca dos conceitos-chave da Geografia, como espaço, região, território, lugar e paisagem, me questionei sobre o porquê dos marcadores sociais de gênero, raça/etnia e orientação sexual parecerem tão distantes. Ao participar dos encontros da REBIM (Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência), no qual articulam-se pesquisadoras(es) de diversas áreas do conhecimento, foram compartilhados os mesmos incômodos sobre o distanciamento da temática das bissexualidades no diálogo com suas áreas de formação acadêmica e justamente a partir desta fonte de indignação sentiram-se motivadas(os) a iniciar suas pesquisas de mestrado e doutorado. Esta também é a minha vivência.

Ao longo deste trabalho estão sendo mobilizados diálogos sobre a própria produção dos conhecimentos e seus desdobramentos na contemporaneidade, quais epistemologias ganharam o “selo” de legitimidade e quais foram apagadas? É importante abrir espaço neste debate para olhar a forma como a Geografia se consolidou enquanto ciência, torna-se perceptível que a construção dos saberes hegemônicos e os discursos geográficos estiveram amparados em uma visão androcêntrica, havendo a perpetuação de silêncios e ausências das produções científicas realizadas pelas mulheres (Silva, 2009).

As epistemologias feministas, por sua vez, enunciam sobre as incontáveis opressões enfrentadas pelas mulheres, não supondo que exista um sujeito mulher universal. Evidencia-se a emergência das críticas que englobam as heterogeneidades e particularidades ao redor das realidades das mulheres (e pessoas *queer* e/ou LGBTQIAPN+), uma vez que existem diferentes vetores de opressão que se cruzam simultaneamente. Por isso também a relevância do estudo

interseccional das pautas, para se fazer enxergar nuances que poderiam ficar ocultas ou diminuídas (Cabrera e Monroy, 2014).

Joseli Maria Silva (2009), geógrafa feminista brasileira, problematiza esta questão no livro “Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade” ao demonstrar que houve uma difusão de um discurso acerca da superioridade da objetividade e racionalidade na análise da realidade, a ideia propagada foi a de que geógrafos(as) seriam capazes de produzir conhecimento livres de valores, emoções, contextos e subjetividades.

Tal discurso é dualista, hierarquizante e fortemente amparado nas discriminações de gênero, pois reafirma que determinado saber ganha o caráter de “legítimo” apenas quando é produzido pelo corpo hegemônico, ou seja, pelo homem cisgênero³, branco e heterossexual, que marginaliza outras experiências. Estudos sobre essas perspectivas e seus efeitos na construção do conhecimento da ciência geográfica vem sendo realizados desde a década de 1980, por pesquisadoras como Janice Monk, Susan Hanson, Linda McDowell, dentre outras (Silva, 2009).

Milton Santos (1997), homem negro, buscou uma geografia crítica e nos alertou para a necessidade de desnaturalizar as relações de poder inscritas no espaço, valorizando as a diversidade de experiências de vida, incluindo aspectos imateriais como “dado político e ideológico (p.91) na formação social do espaço. Para o autor, “o espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações económicas e sociais” (p. 91). Ao problematizar a suposta neutralidade da ciência, Santos contribuiu significativamente para a descolonização do conhecimento geográfico, abrindo espaço para a inclusão de perspectivas marginalizadas.

A construção da suposta neutralidade científica se revela sexista ao passo que apoia-se na naturalização da diferença sexual entre os corpos, discurso utilizado para justificar papéis sociais e a conhecida divisão sexual do trabalho. Estes pensamentos dominantes observam-se através da frase ouvida no cotidiano: “não dá pra mulher fazer ciência por ela ser muito emotiva”. Além disso, também revela-se racista. Através do conceito de epistemicídio, Sueli Carneiro (2023, p.87), inspirada em Boaventura de Sousa Santos, expõe este como um dos instrumentos utilizados para perpetuar a dominação étnica e racial ao utilizar-se da negação de legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados. Este processo advém da violência colonial que em seu bojo destitui a racionalidade, a cultura e a civilização do considerado “outro”.

As críticas feministas à(s) ciência(s), portanto, articulam as diferentes relações de dominação e subordinação advindas da cristalização do patriarcado, assim como advindas do capitalismo com os âmbitos materiais e a de luta de classes, que perpassam necessariamente

³ Pessoas cisgênero são aquelas que se identificam com o sexo o qual foram designadas ao nascimento, já pessoas transgênero não se identificam, portanto podem identificar-se como transmasculinas ou transfemininas (Monaco, 2020).

pelos marcadores de raça/etnia e localidade/espacialidade (Silva, 2009). Tais complexidades estão amarradas aos processos de colonização que levam ao colonialismo, e que atualizam-se na contemporaneidade através da colonialidade, compondo os olhares dos feminismos dissidentes (Cabrera e Monroy, 2014).

As categorias “sexo” e “gênero”: a criação da diferença sexual entre os corpos enquanto pensamento dominante

Monique Wittig (2022), através de uma abordagem feminista materialista, destaca como a categoria “sexo” detém o *status* de “natural” por produzir a diferença entre os corpos, tornando-se útil para manipular as pessoas designadas “mulheres”. A autora (2022, p.36) frisa que “a categoria sexo é a categoria política que funda a sociedade enquanto heterossexual”, escapando do caráter individualista ao dizer não apenas sobre o ser, mas destaca o caráter relacional que nos localiza na sociedade. Ou seja, confere uma funcionalidade e portanto um destino ao corpo da mulher, estabelecendo o “sexo” como uma categoria totalitária ao impor um conjunto de regras como a de exercer o trabalho de “reprodução da espécie”.

A forma como este pensamento está naturalizado enquanto dominante traz a atmosfera de que “sempre foi assim” sobre a temática dos sexos, está dado e raramente é questionado. A produção desta diferença é composta por linhas que enredam-se enquanto corpo de dados e nos *a priori*, dominando todos os aspectos da vida, desde os nossos pensamentos, sentimentos, atos e gestos, até o trabalho e os relacionamentos (Wittig, 2022).

Segundo Paul Preciado (2022) o sistema heterossexual é dispositivo social de produção de feminilidade/masculinidade, que opera em função de uma distribuição assimétrica de poder. O processo da criação da diferença sexual é uma operação tecnológica de redução, na qual retira certas partes da totalidade do corpo, ou seja, fragmenta e isola partes do corpo - pênis ou vagina, por exemplo - para atribuir significantes sexuais, formulando uma coincidência de certos afetos à determinados órgãos. Caracteriza-se como uma sofisticada tecnologia sociopolítica que fabrica corpos sexuais. Neste sentido, expõe que

o sistema sexo/gênero é um sistema de bioescritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros são omitidos e outros ainda são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e recitação de códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (Preciado, 2022, pp.37-38).

Corroborando com a crítica à noção de identidade como elemento fixo ou unificado, como também salientado por Stuart Hall (2014), teórico cultural e sociólogo, ressalta-se a visão pós-estruturalista que desbanca o caráter essencialista contido neste debate, ou seja, há um posicionamento e uma defesa do entendimento acerca das identidades enquanto construções

operadas pelas culturas, através das (re)produções discursivas dadas nas instituições como família, escola/universidade, trabalho, religião, lazer, dentre outros (Butler, 2023).

Portanto, precisamos reiterar o quanto estas produções ocorrem de forma localizada, conforme com as práticas, simbolismos e representações próprias, sendo constantemente atualizadas. Sobre a produção da diferença, própria ao debate acerca das identidades, Hall expõe (2014, p.110) que “as identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto.”

A categoria gênero, para Judith Butler (2023), é performativamente construída por meio de atos estilizados repetitivamente. A autora explicita que as categorias binárias como homem/mulher e heterossexual/homossexual demarcam a construção política das identidades, pois compõem uma matriz de inteligibilidade ao se normatizar determinadas identidades de gênero, logo legítimas e “verdadeiras”, já os corpos que fogem a estas lógicas são categorizados como abjetos. Há, portanto, um processo de desprezo e marginalização às identidades LGBTQIAPN+.

Através destas(es) pensadoras(es) como Butler e Preciado, importantes nomes que compõem a Teoria *Queer*, os tentáculos da normatividade e seus mecanismos de atuação sobre as subjetividades tornam-se explicitados. Na medida em que formulam-se críticas e teorias que subvertem essas estruturas de mundo arbitrarias, também estão sendo produzidos outros entendimentos sobre o corpo, a forma de se ocupar os espaços, as identidades e sobretudo, a construção do ser no mundo.

A(s) bissexualidade(s) enquanto uma epistemologia

A partir dos anos 1990, segundo Monaco (2020), através dos estudos centrados na perspectiva *queer*, o papel político da bissexualidade reaparece de forma mais significativa no bojo das teorizações que tentam desafiar os binarismos de gênero e sexualidade na modernidade. Pensar nas bissexualidades enquanto uma epistemologia envolve reconhecer a desobediência da lógica dicotômica que compõe a normatividade imposta enquanto pensamento dominante, sedimentada por meio do colonialismo na cultura ocidental (Jaeger, Longhini, De Oliveira & Toneli, 2019).

Conforme explicitado anteriormente, existe uma categorização e hierarquização da sexualidade, chamado de monossexismo, na qual há a crença de que as heterossexualidades e homossexualidades são consideradas superiores e mais legítimas. O monossexismo, conforme trazido por Jaeger, Longhini, De Oliveira & Toneli (2019), refere-se a maneira como a estrutura social está organizada de forma que há presunção de que todas as pessoas sejam monossexuais, tratando as demais expressões da sexualidade como “desvio”. Essa estrutura, inerente a nossa cultura, promove a invisibilização e marginalização das bissexualidades, reforçando a heteronormatividade.

As lógicas dicotômicas e hierárquicas formam a base da estrutura e conseqüentemente manutenção do pensamento capitalista e colonial moderno, o qual institui como moeda de troca um único modo de ser e um único modo de vivenciar a afetividade, ou seja, o valor afetivo de uma pessoa se constrói amparado numa lógica de propriedade privada, para ser considerado um cidadão ou ser digno(a) de humanidade deve-se seguir a norma (Jaeger, Longhini, De Oliveira & Toneli, 2019).

Existe uma particularidade na experiência bissexual que diz respeito a forma de se compreender e se vivenciar a sexualidade que refere-se ao caráter de simultaneidade, conforme salienta a socióloga brasileira Marília Moschkovich (2022) no ensaio “Ebisteme: bissexualidade como epistemologia”. Na heterossexualidade ou na homossexualidade a atração e/ou desejo direciona-se a pessoa do gênero oposto, na primeira situação, ou ao mesmo gênero, na segunda, portanto não vive uma adição. Ou seja, ao posicionar a presença de uma simultaneidade na vivência afetivo-sexual da pessoa bissexual torna-se visível que “essa adição potencialmente infinita abre espaço para a diversidade de desejos, práticas, identidades, genitálias e corpos.”, desafiando a ideia de uma identidade sexual fixa e imutável.

Jaeger (2018) adiciona que a(s) bissexualidade(s) não se fazem, portanto, enquanto “equilíbrio” entre a heterossexualidade e homossexualidade, pois não há similaridade suficiente para abarcar a forma de vivenciar seus afetos e desejos. Para a autora (2018, p.71) o entendimento sobre “habitar esse espaço consiste em desobedecer aos limites estabelecidos pelas heterossexualidades e pelas homossexualidades, ou seja, perturbar pressupostos monossexistas”. Não é, portanto, um ponto intermediário entre polos, mas uma existência singular e autônoma.

Experiências geográficas pensadas enquanto espaço vivido

Da noção clássica de território ao conceito de experiências geográficas enquanto espaço vivido

Rogério Haesbaert (2007) traz que etimologicamente a palavra território - advinda do latim *territorium* - aproxima-se de “terra” e também de “aterrorizar”, ressaltando o objetivo de controlar aquele “pedaço” físico através do qual se estabeleciam os limites de uma determinada jurisdição político-administrativa, servindo aos propósitos coloniais de dominação. O âmbito materialista foi colocado em evidência e é também o conceito mais difundido no senso comum, esta visão perdurou inclusive nos debates acadêmicos dentro das áreas de estudo da Geografia. O âmbito afetivo e o simbólico-cultural foram posteriormente pautados através de pesquisadores da Geografia Cultural e da Geografia Humanista.

Ao pensar o território, Martins e Chagas (2021) destacam que o lugar do afeto evidencia-se ao passo que há uma tomada de consciência, por parte dos atores sociais, no habitar um espaço, ou seja, na medida em que tal espaço transforma-se em território. Os autores também salientam a ação da pessoa pesquisadora ao considerar a identidade como

instrumento de poder em suas pesquisas, por constantemente abrirem-se possibilidades de (re)localizar o corpo nas relações, dotado de intencionalidade e espacialidade.

Para o geógrafo Angelo Serpa (2023), que estabelece diálogos da Geografia com a Fenomenologia, o modo de habitar o mundo engloba as possibilidades de ser-no-mundo que se (re)fazem de forma espacial por carregarem em si experiências geográficas, estas por sua vez, se revelam através da marca do espaço vivido. O autor explicita que os modos geográficos de existência “se realizam nas situações cotidianas, sendo posteriormente abstraídas em representações do espaço.” O conceito de “representação” mencionado advém das contribuições de Henri Lefebvre, por caracterizar seu importante papel na mediação entre sujeito/objeto, ser/pensamento, real/irreal.

Entendemos que Ser um corpo carrega o entendimento de que apenas se é através da lente “ser corpo no mundo”, ou seja, numa dada espacialidade, localidade e temporalidade. Serpa (2023) traz uma visão sobre lugar e território como um par dialético que por vezes se aproximam e por vezes se distanciam, justamente por se constituírem em relação, de forma cotidiana e dialética, ou seja, negociada. Apesar de existir o entendimento de “lugar” como aquele produzido pela ação e pelo discurso e “território” como aquele permeado pelas relações de poder, o autor expressa o entendimento de que há sim um trânsito entre essas concepções por colocar uma lente sobre a relação estabelecida entre o Ser-no-mundo como mescla destas concepções que se podem se complementar e/ou se borrar.

É interessante atentar para os modos e manifestações que os corpos, sujeitos e grupos sociais apresentam ao ocuparem e se apropriarem dos espaços, uma vez que incluem-se particularidades intrínsecas às relações vividas. A produção/criação do espaço está nos diferentes modos de articulações possíveis entre lugaridades e territorialidades. Ao olhar para o espaço público existem aquelas(es) que não correspondem aos interesses hegemônicos (capitalistas, machistas, racistas e capacitistas), portanto sofrem processos de exclusão social, através do corpo.

Os espaços públicos contemporâneos são condicionados por representações segregacionistas e elas mediam os processos de territorialização de grupos sociais. Segundo Serpa (2023) o espaço público “se transforma em uma justaposição de espaços territorializados” contudo, não é compartilhado pelos diferentes grupos, mas sim dividido. A acessibilidade é, então, controlada simbolicamente. Estas experiências geográficas fazem parte do cotidiano para a maioria dos corpos LGBTQIAPN+, então o autor coloca que

as diferenças se traduzem em táticas “exclusivistas” de territorialização, abrindo caminho para o estabelecimento de formas nuançadas de segregação, como atos de vontade que impossibilitam o convívio “entre diferentes” e negam o “outro” através da indiferença e do autoisolamento (em geral voluntário) de grupos e indivíduos no espaço público. A necessidade do anonimato se traduz, portanto, em indiferença frente ao “outro”, que não compartilha dos laços de

intimidade/identidade dos indivíduos e grupos territorializados (Serpa, 2023, pp. 68-69).

No que tange a indiferença frente ao outro é interessante adicionar que vivemos um projeto de sociedade que está ruindo, no sentido de que a colonização como empreendimento deixou e deixa sequelas que visualizamos explicitamente através das desigualdades sociais presentes ao nosso redor. Ailton Krenak (2020), importante liderança indígena do Brasil, traz provocações sobre o conceito de “humanidade” difundido na sociedade, ressalta que “esse pacote chamado humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.”

Esta leitura sobre o mundo nos mobiliza a pensar sobre as contradições e desigualdades vivenciadas no cotidiano do espaço urbano, principalmente sob a ótica das demandas capitalistas e neoliberais vigentes. Krenak (2020), inspirado em Foucault, destaca que “com o avanço do capitalismo, foram criados instrumentos de deixar viver e de fazer morrer”, ou seja, os corpos valorizados são os que produzem e consomem, pois são esses que fazem a máquina girar. Os avanços tecnológicos são vendidos pelo discurso hegemônico como o suposto “avanço civilizatório”, contudo a ética vivenciada nas relações humanas prioriza o individualismo em detrimento da ética da coletividade. E, através deste individualismo, há um forte processo de desarticulação do indivíduo com seu próprio corpo, logo, desarticulação da sua existência.

Espaços públicos mobilizam diferentes afetos quando comparados aos espaços já territorializados pelas pessoas LGBTQIAPN+, uma vez que as sociabilidades se constroem sob outras lógicas relacionais. Contudo, como mencionado anteriormente, a vivência da bissexualidade é marcada pela invisibilização tanto dentro quanto fora da comunidade LGBTQIAPN+. Existe a expectativa negativa sobre como a sua identidade será recebida nos espaços de mobilização coletiva, por exemplo, pois com frequência nestes espaços também ocorrem vivências marcadas por dificuldades de articulação, não é raro acontecer hierarquização de pautas culminando na marginalização das existências bissexuais. Com frequência experimenta-se exclusão na militância LGBTQIAPN+, essas experiências geram afetos negativos pela falta de respeito e acolhimento dos pares, e por vezes, podem levar a rupturas com estes espaços. São existências que, nas relações interpessoais, experimentam uma quebra (Jaeger, 2018).

Perspectiva psicossocial da exclusão e o conceito de sofrimento ético-político

Acerca da naturalização da indiferença ao outro enquanto marca do projeto de sociedade que vivenciamos, a psicóloga social brasileira Bader Sawaia (2001) contribui com o debate por meio do conceito de “sofrimento ético-político”, por em primeira instância expandir o entendimento de que o sofrimento seria “apenas” psíquico, e portanto, uma experiência

individualizada. Não há humano sem corpo, assim como não há humano sem afeto. O âmbito da afetividade tem um lugar essencial nos caminhos da construção da subjetividade, uma vez que os afetos e as emoções influenciam na capacidade de agir dos corpos.

Sawaia (2001) não limita o sofrimento a uma experiência subjetiva, mas, também, como uma expressão das assimetrias sociais e das relações de poder na sociedade. Ao conceituar o sofrimento como "ético-político", a autora estabelece uma dimensão coletiva e histórica do sofrimento, que promovem a exclusão e opressão de pessoas que não se encaixam na norma hegemônica.

Os modos de subjetivação são representações significativas de certo tempo-espaço, ou seja, também é permeado por campos de forças que se cruzam e exercem domínio sobre os modos de pensar, sentir, estar e ser no mundo. Ao tensionar sobre afetos como a culpa e raiva, por exemplo, Sawaia (2001, p. 102) traz que são “sentimentos morais generativos e ideologizados com a função de manter a ordem social excludente, de forma que a vergonha das pessoas e a exploração social constituem duas faces de uma mesma questão.” Podemos afirmar que os afetos não são neutros, mas construídos em sociedade e usados como recursos para manter as relações de poder dominantes. A culpa e a vergonha, como proposto pela autora, são utilizadas para dominar e submeter os indivíduos, especialmente aqueles que se desviam das normas estabelecidas.

A forma como algumas emoções são cooptadas e utilizadas pela máquina social como representação de fraqueza e inferioridade, por exemplo, novamente relaciona-se a categoria de gênero, pois estamos nos referindo a corpos que carregam consigo a marca do subalterno e, portanto, supostamente incompletas e artificiais. Qual gênero não é artificial? Trouxemos anteriormente no texto como há a produção de um discurso para atestar uma suposta naturalidade ao homem branco e cisgênero. A dialética exclusão/inclusão é delicada ao passo que há categorizações dentro do gênero, uma mulher que demonstra maior feminilidade é melhor recebida nos espaços e pode vivenciar uma experiência geográfica de maior fluidez e conexão com aquele mundo, ou seja, em certas medidas ela é incluída por corresponder às demandas do sistema (Sawaia, 2001; Butler, 2023; Preciado, 2022).

Pensando as experiências geográficas de pessoas bissexuais

Ao fazer um exercício de imaginar um cenário no qual uma mulher que expressa seu gênero de forma menos feminilizada, e portanto, mais próxima da leitura social do “masculino” emerge outra experiência geográfica em questão. A categoria da sexualidade marca o corpo através de representações que aglutinam estigmatizações advindas da ciência e da religião, tidas como “erro”, “falha” e/ou “pecado”. As análises tornam-se cada vez mais profundas na construção da subjetividade ao passo que adicionam-se outros marcadores sociais, como a raça/etnia, evita-se assumir a existência de um caráter de hierarquia da opressão, conforme salienta Audre Lorde (2019), devido às marcas do processo de escravização há centenas de

anos e a colonização que atualiza-se de forma sofisticada em cada época. Essa interseccionalidade de marcadores sociais, molda as experiências geográficas das pessoas bissexuais, podendo criar vivências complexas, marcadas pela exclusão e pela invisibilidade, forçando muitas(os) a moldar-se às expectativas heteronormativas com o propósito de garantir (supostamente) segurança e bem-estar.

A vivência da bissexualidade fornece experiências que flutuam aos olhos dos espaços urbanos, ao gerar uma variabilidade de experiências geográficas de acordo com a maneira como os marcadores sociais se arranjam nos espaços ocupados, como no exemplo de observar e interpretar tal vivência como “hétero”, se a pessoa em questão relaciona-se com outra do gênero oposto (ou que pelo menos apresenta tal expressão de gênero), assinalando uma realidade afetiva que aparentemente corresponde a normatividade. Neste caso, experimenta-se o acesso a certos privilégios por ser aquele corpo que, naquela experiência junto aquele espaço vivido, cumpre as expectativas sociais que são continuamente requisitadas. Porém, não há permanência do lugar de ser este corpo que acessa essa realidade, devido a isso tem-se efeitos a níveis afetivos, materiais, culturais e simbólicos.

Já ao ser lida como “homossexualidade” fornece outro conjunto de dados, portanto, outra experiência geográfica se forma. A impossibilidade de expressar afeto através do toque ao outro corpo ou o estado de tensão ao adentrar um espaço que impõe-se como agressivo as existências LGBTQIAPN+ indicam aproximações com narrativas de pessoas não heterossexuais, contudo, mesmo na suposta vivência de “segurança” relatada no parágrafo acima, há a presença de desconfortos devido a invisibilidade de ser quem realmente se é, sem enquadres em versões impostas por outros.

Considerações finais

Identidade(s) enquanto instrumento de poder é, sem sombra de dúvida, uma lente potente para integrar ao olhar acerca da existência humana na contemporaneidade, por possuir o caráter interdisciplinar estas discussões encontram entrelaçamentos que representam aberturas frutíferas para o campo científico. Audre Lorde (2019, p.53) defende a importância da escrita na vida de pessoas marginalizadas, apesar das tentativas de silenciamento(s), assim como o lugar afetivo das partilhas das vivências, pois a partir destes lugares de enunciação de conhecimento podemos falar das verdades que acreditamos, justamente por conhecê-las de perto, “porque somente assim podemos sobreviver, participando de um processo de vida criativo e contínuo, que é o crescimento.”

A maneira como cada pessoa bissexual transita entre os espaços e vive estas experiências, mobilizam afetividades em arranjos singulares, que mostram-se ocultadas devido ao recorrente apagamento de suas expressões. O silenciamento existente nas diferentes camadas sociais promove sofrimento e dificuldade de integração nos espaços. Experimenta-se um sentimento de estranheza que por vezes se dilui quando há o sentimento de pertencimento

e aconchego através das experiências afetivas estabelecidas por meio das relações de amizade com outras pessoas bissexuais, por exemplo, promovendo conexões que potencializam as experiências geográficas.

Na medida em que há, nestas experiências geográficas, entendidas enquanto espaço vivido, possibilidade de integração e sentimento de pertencimento, o ser-no-mundo é potencialmente tocado pela sua própria (re)descoberta de si, assimilando o movimento de sua existência que abarca suas contradições, particularidades e tonalidades de cores diversas. Não cabe nas vivências bissexuais nenhum enquadramento “copia/cola” da heterossexualidade ou homossexualidade. Cabe sim a presença da escuta, o interesse pela singularidade, o apoio para enfrentar medos e o espaço para se experimentar ser junto com o mundo.

Agência financiadora

O presente trabalho tornou-se possível por meio da bolsa de mestrado concedida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. (2023). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (25ª ed.) Civilização Brasileira.
- CABRERA, M. & MONROY, L. V. (2014). *Transfeminismo, decolonialidad y el asunto del conocimiento: algunas inflexiones de los feminismos disidentes contemporáneos*. *Univertitas Humanística, Bogotá, Colômbia*, v. 78. DOI: doi:10.11144/Javeriana.UH78.tdac
- CARNEIRO, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- HAESBAERT, R. (2007). Definindo território para entender a Desterritorialização. In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. M. Santos; B. K. Becker, (org.). (3. ed.). Lamparina.
- HALL, S.(2014). Quem precisa de identidade? In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. T. T. da Silva (org.), S. Hall, K. Woodward, (15ª ed.). Vozes.
- JAEGER, M. B.; LONGHINI, G. N.; DE OLIVEIRA, J. M.; TONELI, M. J. F. (2019) *Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos*. *Periodicús*. v.2 (n 11). DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i11.28011>
- JAEGER, M. B. (2018). Experiências de minas bissexuais: Políticas identitárias e processos de marginalização. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205732>
- KRENAK, A. (2020). *O amanhã não está a venda*. Companhia das Letras.
- LIMA, E. M. F. DE A.; YASUI, S. (2014). *Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial*. *Saúde em Debate*. v. 38 (n. 102), pp. 593–606. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>
- LORDE, A. (2019). *Irmã Outsider*. Autêntica Editora.

- MARTINS, M. P.; CHAGAS, P. B. (2021). Território, Territorialização e Territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v.17 (n.2), pp. 314-325. URL: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6067>
- MONACO, H. M. (2020). “A gente existe!”: ativismo e narrativas bissexuais em coletivo monodissidente. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216098>
- MOSCHKOVICH, M. (2022). *Ebisteme: bissexualidade como epistemologia*. Editorial Linha a Linha.
- PRECIADO, P. B. (2022). *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Zahar.
- SANTOS, M. (1977). *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de geografia, n. 54, pp. 81-100.
- SANTOS, M. (1996). *A natureza do espaço*. Hucitec.
- SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização*. Record.
- SAWAIA, B. (2001). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Vozes.
- SERPA, A. (2023). *Por uma Geografia dos espaços vividos: Geografia e Fenomenologia*. Contexto.
- SILVA, J. M. (2009). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. TODAPALAVRA.
- WITTIG, M. (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios*. Autêntica.